

APRESENTAÇÃO

Trata-se do Relatório de Atividades da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD), relativo ao exercício de 2012, elaborado por força do disposto no art. 13, inciso XIV, da Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de Janeiro de 2008.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação da Ciset/MD, em cuja forma de instrução visa demonstrar, de forma sistemática, as ações de controle estabelecidas e desenvolvidas por intermédio de seus agentes e de áreas específicas, no âmbito da competência que lhe é atribuída.

No Exercício 2012, e apesar da histórica insuficiência de mão de obra especializada para a execução de suas atividades, a Secretaria, no que diz respeito à avaliação de desempenho institucional, conseguiu ultrapassar em 12,41% as metas programadas, tendo como base o comparativo com a meta fixada para consecução dos trabalhos (Anexo I) e os resultados alcançados (Anexo II).

Os trabalhos realizados pela Ciset/MD, além de contribuir substancialmente para orientar os agentes responsáveis pelos órgãos e entidades fiscalizados, quanto à boa e regular aplicação dos recursos públicos, constituem, essencial resposta à sociedade, no controle dos gastos públicos. Aliás, constata-se isso, por meio dos vários relatórios, informações e notas de fiscalizações emitidas, cujas falhas e impropriedades apontadas, em função de atividades de controle prévio, foram corrigidas pelos gestores ao longo do exercício.

Em suma, o relatório apresenta as atividades desenvolvidas no exercício, bem assim demonstra as condições de trabalho em que as atividades foram realizadas, no que diz respeito aos recursos materiais e humanos colocados à disposição da Secretaria.

Brasília, 31 de março de 2013.

MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno

SUMÁRIO

1. SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	4
1.1. Estrutura Organizacional	4
1.2. Competência	5
2. ATIVIDADES	5
2.1. Unidades Técnicas	5
2.1.1. Gerência de Orientação e Avaliação (GEORI)	5
2.1.2. Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (GEAFO)	7
2.1.3. Gerência de Auditoria (GEAUD)	9
2.2. Gerais	11
2.2.1. Metas – Fixadas e Realizadas	11
2.2.2. Processos	13
2.2.3. Documentos Produzidos	13
2.3. Outras Atividades	13
2.3.1. Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa – CCI/MD	13
3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	15
3.1. Recursos Materiais	16
3.2. Recursos Humanos	16
3.2.1. Capacitação de Agentes Público	16
4. CONCLUSÃO	17

1. A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (Ciset/MD)

A Ciset/MD, órgão setorial do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, foi instituída com a edição do Decreto nº 3.080, de 10 de outubro de 1999, que aprovou a primeira estrutura regimental e o quadro de cargos em comissão do Ministério da Defesa (MD). Atua nos órgãos e entidades vinculadas diretamente a Pasta Ministerial e, por meio das respectivas unidades setoriais de controle interno, nos Comandos das Forças Armadas e entidades a esses vinculadas, conforme estabelece o art. 1º do Regimento Interno (Anexo VIII à Portaria Normativa nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008).

As atividades desenvolvidas pela Ciset/MD visam ao cumprimento das finalidades expressas no art. 74 da Constituição Federal e reproduzidas no art. 49 de Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União); no art. 20 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e no art. 2º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, quais sejam:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades de sua área de atuação, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

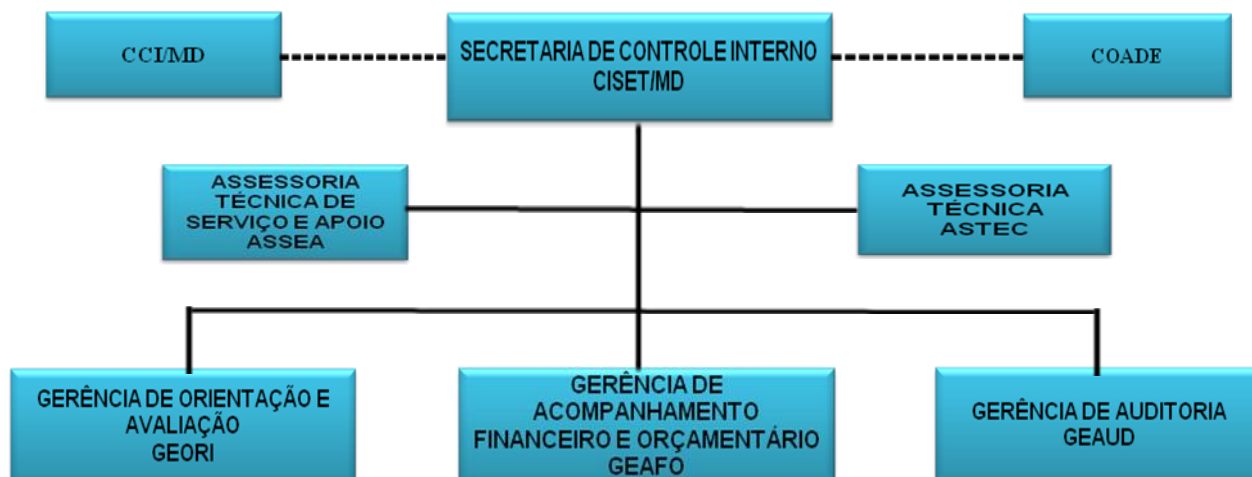
III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assim, a Ciset/MD se consolida como uma estrutura organizacional institucionalizada, que exerce, no âmbito do MD, parcela das finalidades atribuídas pelo Poder Constituinte e legislação aplicável ao sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como pelas normas regulamentares.

1.1. Estrutura Organizacional

A Ciset/MD, para a execução de suas atividades finalísticas, constitui-se de três gerências: Gerência de Orientação e Avaliação (Geori); Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (Geafo); e Gerência de Auditoria (Geaud). Conta, ainda, com uma Assessoria Técnica (Astec) e uma Assessoria Técnica de Serviço e Apoio (Assea). E, como órgãos colegiados, com a Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD) e o Comitê de Avaliação de Desempenho (COADE), conforme estrutura organizacional representada no organograma seguinte:



1.2. Competência

As atribuições de competência da Ciset/MD são as estabelecidas no Decreto nº 7.364, de 23/11/2010 e no art. 2º do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 142/MD, de 25/1/2008 (Regimento Interno do Ministério da Defesa), que prevê as atividades de controle interno a serem realizadas diretamente por suas áreas gerenciais específicas ou por intermédio das unidades setoriais de controle interno nos Comandos das Forças Armadas.

2. ATIVIDADES

2.1. Unidades Técnicas

2.1.1. Gerência de Orientação e Avaliação (Geori)

2.1.1.1. Atos de Pessoal

- A Gerência verificou a exatidão e suficiência de dados e a legalidade de 88 (oitenta e oito) atos de nomeação de pessoal, os exames recaíram, exclusivamente, sobre aqueles realizados no âmbito do Hospital das Forças Armadas (HFA), concernentes a pessoal estatutário, regulamentado pela Lei nº 8.112/1990, ao amparo de concursos públicos promovidos nos termos da legislação.

- Com relação às aposentadorias e pensões, os exames, envolvendo 74 (setenta e quatro) atos, abrangeram as concessões relativas ao pessoal civil estatutário, promovidas na jurisdição do Ministério da Defesa, do Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, tendo como fundamento as disposições contidas no art. 40 da Constituição Federal, com as modificações introduzidas pelas EC nº 20, de 15/12/1998, EC nº 41, de 19/12/2003 e EC nº 47, de 5/7/2005, e, ainda, as alterações implementadas ao amparo do disposto na EC nº 70, de 29/3/2012, que acrescentou o art. 6º-A a EC nº 41/2003, reconhecendo o direito de percepção, por ex-servidor, dos proventos da remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, por motivo de invalidez.

2.1.1.2. Atendimento às consultas e orientações dirigidas à Administração

- Em 2012, a Gerência manifestou-se, diante da formulação de consultas e orientações, em 80 (oitenta) processos, envolvendo assuntos de diversas naturezas, citando-se, em especial, questões relacionadas com tratamentos de convênios, de instruções de tomadas de contas especiais, de matérias afetas a pessoal, de administração orçamentária e financeira, e, ainda, a aplicação de jurisprudência e interpretação da legislação própria, sob a ótica do sistema de controle interno.

2.1.1.3. Avaliação de denúncias e assuntos diversos, sob o aspecto do controle social.

- Avaliaram-se 16 (dezesseis) denúncias anônimas, abordando assuntos diversos, sob o aspecto do controle social, recebidas em diligências promovidas pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), ou por solicitações advindas do Ministério Público Federal, destinadas à instrução de inquérito civil, envolvendo convênios celebrados na jurisdição do Programa Calha Norte, sobre diferentes prismas, tais como: direcionamento de licitações realizadas na esfera dos municípios; falta de implantação de projetos conveniados, de cunho social, além de desvios de recursos comprometidos ou descentralizados do orçamento da União em exercícios anteriores, compreendendo a quantia de R\$ 17.090.610,28, todas com manifestação conclusiva, por parte da Gerência, após o atendimento de diligência promovida junto à concedente.

2.1.1.4. Tomada de Contas Especial (TCE)

- No exercício de 2012, a Gerência, nos termos do inciso III do art. 9º da Lei nº 8.443/1992 e do art. 151 do Decreto nº 93.872/1986, certificou e encaminhou ao Tribunal de Contas da União o total de 16 (dezesesseis) tomadas de contas especiais, instauradas no âmbito do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (Deorf), em função de convênios, abrangendo recursos no valor original da ordem de R\$ 7.299.904,95, descentralizados, em exercícios distintos dos orçamentos da União, administrados pelo Programa Calha Norte.

2.1.1.5. Avaliação de Programas de Governo

- Dando cumprimento ao disposto nos incisos I e II do art. 10 do Anexo VIII da Portaria Normativa/MD nº 142, de 25/1/2008, a Gerência, ao longo do quadriênio, promoveu acompanhando sistemático quanto ao comportamento da gestão dos recursos, indicados anualmente no orçamento da União, em função dos Programas Governamentais 0643 - Calha Norte e 0637- Serviço de Saúde das Forças Armadas.

- A esse título, no exercício de 2012, a atuação da Geori teve por objetivo avaliar o resultado dos mencionados programas, a partir das metas estabelecidas naquele Plano Plurianual, bem assim contribuir para a certificação das contas dos dirigentes das respectivas unidades gestoras, relativas ao exercício de 2011, a cargo da Gerência de Auditoria desta Secretaria, para efeito de julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

- Nesse propósito, e com foco no PPA 2012-2015, instituído pela Lei nº 12.593, de 18/1/2012, a Gerência, em função do Programa Temático 2058 - Política Nacional de Defesa, no Objetivo 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte, bem assim, no tocante à Ação 2528 – Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas, parte do Programa 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, promoveu acompanhamento, mediante consulta no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (Siop) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sob as respectivas gestões, notadamente com vistas à certificação das contas dos agentes responsáveis, a cargo da Gerência de Auditoria desta Secretaria.

2.1.1.6. Acompanhamento da implantação de Planos de Ação

- A atuação da Gerência teve por finalidade subsidiar os trabalhos deste órgão setorial de controle interno, no cumprimento das obrigações conferidas pelo art. 74 da Constituição Federal, além de contribuir para o processo de certificação das contas dos dirigentes do Hospital das Forças Armadas (HFA), da Escola Superior de Guerra (ESG), da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (Seori/MD), da Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto (Sepesd), da Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), exercício de 2011, a cargo da Geaud.

- O trabalho, elaborado mediante consulta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), teve como objetivo principal verificar o comportamento dos planos de ação das mencionadas unidades, especialmente no que tange ao cumprimento da programação de trabalho, ações planejadas, metas físicas e execução financeira, considerando os recursos orçamentários disponíveis.

- Como resultado, apresentamos no quadro subsequente a consolidação dos dados atinentes aos planos de ação da Administração dos citados órgãos, objeto do acompanhamento promovido na esfera da Gerência de Orientação e Avaliação, compreendendo o quantitativo de Programas e suas Ações Governamentais, bem assim o volume de recurso envolvido, consignado no orçamento da União, relativo ao exercício de 2011.

- Nesse propósito, os acompanhamentos realizados, à vista das informações levantadas junto às áreas próprias, bem como dos dados colhidos mediante consulta às bases do SIGPlan e do Siafi, contribuíram no processo de orientações tempestivas, dirigidas aos gestores, objetivando o saneamento de eventuais falhas ou impropriedades. Apresentamos, no quadro a seguir, a consolidação dos dados atinentes aos planos de ação da Administração, acompanhados pela Gerência de Orientação e Avaliação:

ÓRGÃO/ ENTIDADE	QUANTIDADE		VOLUME DE RECURSO ENVOLVIDO (R\$)
	PROGRAMA	AÇÃO	
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	01	07	84.600.470,00
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	05	15	336.321.352,00
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	03	10	149.111.062,00
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO	02	07	579.260.173,00
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	01	02	3.400.000,00
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	03	10	212.553.138,00
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	01	01	8.000.000,00
TOTAL	16	52	1.373.246.195,00

- Vale destacar, ainda, os acompanhamentos sistemáticos promovidos no decorrer do exercício, mediante consulta no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (Siop) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sob a gestão relativa ao exercício de 2012, a ser certificada pela Geaud no exercício em curso.

2.1.1.7. Apoio à Elaboração da Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR)

- Os procedimentos de acompanhamento e apoio da Gerência permitiram o encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno, para a devida consolidação, no prazo e na forma requerida, do documento contendo os dados concernentes à Pasta Ministerial.

2.1.2. Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (Geafo)

- A Gerência realizou diretamente, durante o exercício, a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos atos de gestão praticados pelos dirigentes das unidades gestoras, integrantes da estrutura da administração central do MD, produzindo, nesse contexto, 65 (sessenta e cinco) relatórios de acompanhamento e 9 (nove) notas técnicas distribuídos nas seguintes ações de controle:

ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL	PRODUTO	QTDE
MINISTÉRIO DA DEFESA	Relatório	3

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	PRODUTO	QTDE
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	Relatório	4
	Nota	2
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	Relatório	5
	Nota	2
REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA	Relatório	4
	Nota	2
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	Relatório	5
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	Relatório	4
	Nota	1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Relatório	4
	Nota	1
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	Relatório	5
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	Relatório	6
	Nota	1
COORDENADOR-GERAL DO PROGRAMA CALHA NORTE	Relatório	2
TOTAL		48

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS NO SIAFI	PRODUTO	QTDE
MINISTÉRIO DA DEFESA	Relatório	1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA		1
COORDENADOR-GERAL DO PROGRAMA CALHA NORTE		2
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		3
TOTAL		7

ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES REF A IMÓVEIS NO SPIUNET	PRODUTO	QTDE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Relatório	1
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS		2
TOTAL		3

ACOMPANHAMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTES A PROGRAMAS DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA VINCULADOS AO MD, NO SIGPLAN	PRODUTO	QTDE
GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL – 0625	Relatório	1
CALHA NORTE – 0643		1
MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL – 8026		1
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FA À SOCIEDADE – 1383		1
COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIAS NAS FA – 1057		1
PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE – 0620		1
PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FA – 8032		1
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS - 0637 (HFA)		1
TOTAL		8

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE AÇÕES LIGADAS AOS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES - RIO 2011	PRODUTO	QTDE
MINISTÉRIO DA DEFESA	Relatório	5

- A atuação da Gerência, no papel de orientar com base no resultado do controle preventivo, contribuiu para o saneamento tempestivo de inconsistências, por parte do gestor, no intuito de evitar a ocorrência de pendências, quando do encerramento do exercício, e, por conseguinte, refletir na certificação das contas, a cargo deste órgão setorial de controle interno, no uso de suas funções regimentais, para efeito do julgamento, pelo Tribunal de Contas da União, de que trata o inciso II do art. 71 da Constituição Federal.

2.1.3. Gerência de Auditoria (Geaud)

- À vista das atribuições inerentes ao sistema de controle interno, em especial aquelas contempladas no regimento interno deste Ministério, e, ainda, no atendimento de outras atividades não previstas no planejamento inicial, a Gerência de Auditoria realizou os trabalhos a seguir detalhados:

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS	TOTAL
AUDITORIAS ANUAIS DE CONTAS	6
AUDITORIAS DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO	6
ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES EMANADAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO	2
ACOMPANHAMENTO DOS JULGAMENTOS DAS TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS	4
ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DOS GASTOS	4
ANÁLISE DE PROCESSOS	37
APOIO AO GESTOR NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GESTÃO	10

2.1.3.1. Resultados das Auditorias de Contas Anuais

- No exercício de 2012, a Gerência avaliou, para fins de certificação de contas anuais, a gestão de 6 (seis) unidades vinculadas ao Ministério da Defesa, compreendendo dotação orçamentária de R\$ 604.332.815,60, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

UNIDADE JURISDICIONADA	DOTAÇÃO (R\$)
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL (SEORI)	366.715.141,22
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)	14.172.414,02
REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA (RBJID)	1.288.033,09
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (FMD)	2.114.506,00
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR (FSM)	7.389.823,00
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)	212.653.138,00
TOTAL	604.332.815,60

- Em face dos resultados das auditorias de contas anuais os dirigentes da Escola Superior de Guerra, da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, do Fundo do Ministério da Defesa e do Fundo do Serviço Militar receberam certificado de regularidade de suas respectivas gestões.

- Na auditoria realizada na Secretaria de Coordenação e Organização Institucional constataram-se impropriedades e irregularidades que, em função de sua relevância, impactaram na gestão do órgão, o que resultou na emissão de certificado com ressalva e formulação de recomendação dirigida à administração, buscando saneamento e aperfeiçoamento dos controles internos pertinentes.

- Com relação ao Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, a auditoria realizada culminou na constatação de impropriedades que, em função de sua relevância, impactaram na gestão da unidade, requerendo a adoção de providências preventivas e/ou corretivas, para as quais foram promovidas recomendações, resultando na emissão de certificado pela regularidade com ressalvas da gestão dos dirigentes do Fundo.

2.1.3.2. Auditorias de Acompanhamento da Gestão

- No decorrer do exercício de 2012, a Geaud realizou 6 (seis) auditorias de acompanhamento da gestão, destacando, em especial, os trabalhos realizados em função dos recursos atinentes aos V Jogos Mundiais Militares, sob a responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional e da Escola Superior de Guerra, além da atuação junto ao almoxarifado do Ministério da Defesa e Próprios Nacionais Residenciais (PNR), todos indicando ocorrência de descumprimento às normas aplicáveis, ensejando a formulação de recomendações voltadas a evitar a reincidência das situações encontradas.

- A título de acompanhamento, citamos, ainda, a auditoria realizada no intuito avaliar os procedimentos adotados e os resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho instituído com a finalidade de avaliar as inconsistências verificadas nos registros de controle e estoque do almoxarifado central deste Ministério, cujo resultado, indicando inconsistência na quantificação do prejuízo que se pretende indenizar ao erário, objeto de sindicância instaurada pela administração da Seori/MD, resultou na formulação de recomendação pelo refazimento dos levantamentos, medida que foi implementada pela administração, com a constituição de novo Grupo de Trabalho.

2.1.3.3. Atuação Preventiva

2.1.3.3.1. Acompanhamento Permanente dos Gastos (APG)

- Consiste o Acompanhamento Permanente dos Gastos em sistemática de trabalho voltada ao acompanhamento tempestivo da execução das políticas públicas, por intermédio do orçamento e da execução financeira da unidade, o qual foi realizado em duas etapas: a primeira com o emprego das trilhas de auditoria produzidas no âmbito do Observatório da Despesa Pública, criado pela Controladoria-Geral da União (ODP/CGU), e, a segunda, por meio da análise crítica das informações constantes nos sistemas corporativos do Governo Federal (Siafi, Siasg, Sicaf) e dos relatórios produzidos pela Gerência de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro.

- A aplicação dessa metodologia de trabalho resultou na elaboração de relatórios específicos, os quais evidenciaram impropriedades, principalmente na condução de pregões eletrônicos, motivadas por fragilidades técnicas na elaboração dos editais de licitação, permitindo a ocorrência, dentre outras situações, da

participação de empresas cujos sócios mantinham vínculos societário com outros licitantes, da participação de empresas com mesmo endereço, do fracionamento de despesas, bem como de pregões em que a melhor proposta não venceu a licitação, e, também, de participação de empresas cujo faturamento apresentado não se enquadrava com o estabelecido para as Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empresa. Frente a essas ocorrências, foram formuladas recomendações com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle interno das unidades, cuja implantação vem sendo monitorada pela Gerência.

2.1.3.3.2. Participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)

- No exercício de 2012, em face da designação procedida por meio da Portaria nº 1.549/MD, de 31/5/2012, a Ciset/MD, na pessoa do Gerente de Auditoria, esteve representada na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), instituída no âmbito do Ministério da Justiça, fórum que conta com a participação de membros de cerca de 60 (sessenta) órgãos, citando-se, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal, dentre outros.

- Frente ao compromisso firmado em sessão plenária, ocorrida na cidade de João Pessoa/PB, oportunidade em que se firmou novo Protocolo de Intenções, o Ministério da Defesa se comprometeu a participar, no decorrer de 2013, no desenvolvimento de 4 (quatro) das ações desenvolvidas pela mencionada estratégia nacional.

- A referida estratégia, pela importância na contribuição para o processo de fortalecimento das ações de governo, bem assim o levantamento de ferramentas para as ações de controle, a cargo da Ciset/MD, requereram a participação direta do dirigente da Geaud em sucessivas reuniões, ao longo de 2012, prática que vem se mantendo no ano em curso.

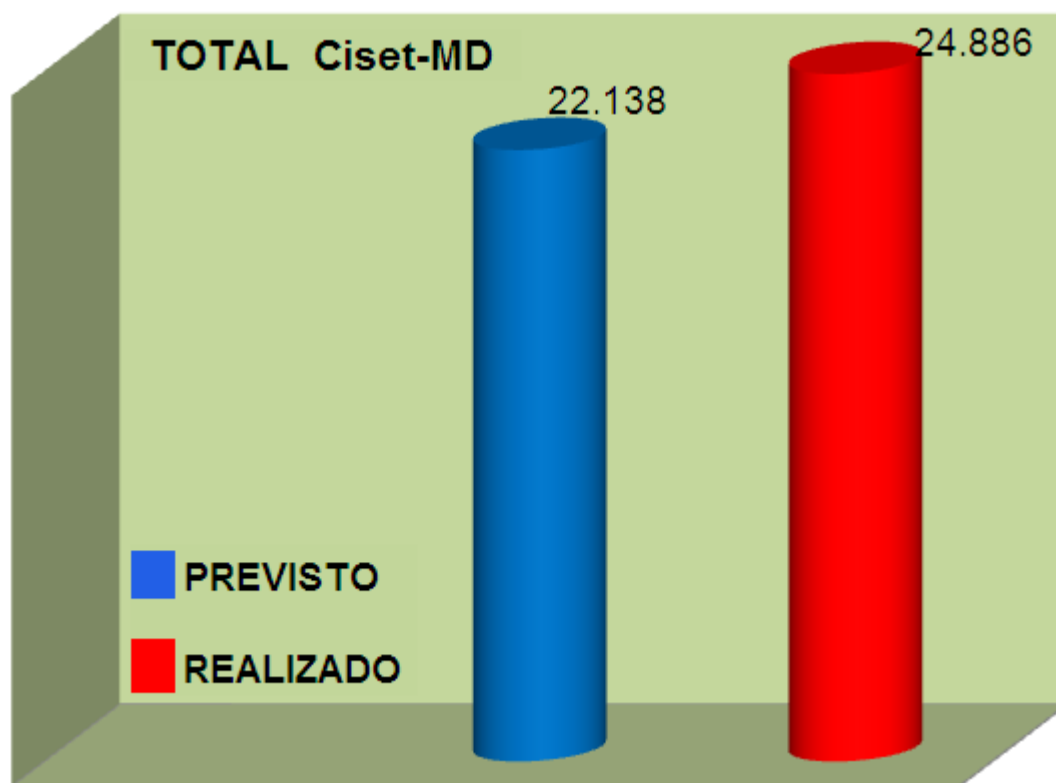
2.2. Gerais

2.2.1. Metas – Fixadas e Realizadas

- A Ciset/MD atribui metas a serem cumpridas e quantificadas em pontos para cada trabalho executado. O estabelecimento e a distribuição desses pontos consideram as horas necessárias para elaboração dos respectivos produtos, calculadas com base na relação homem/hora, considerando o efetivo da Secretaria.

- Na apuração dos resultados dos trabalhos realizados, em 2012, a Ciset/MD ultrapassou a meta total fixada, da ordem 22.138 pontos. O quadro a seguir apresenta a pontuação estabelecida e discrimina o incremento obtido por cada unidade específica:

UNIDADE	PONTOS FIXADOS	REALIZADOS		INCREMENTO	
		PONTOS	PERCENTUAL (%)	PONTOS	PERCENTUAL (%)
GEORI	8.618	8.650	100,37	32	0,37
GEAFO	6.160	7.480	121,43	1.320	21,43
GEAUD	7.360	8.756	118,97	1.396	18,97
TOTAL Ciset	22.138	24.886	112,41	2.748	12,41

Comparativo de Metas das Unidades da Ciset/MD – Exercício 2012

2.2.2. Processos

- O quadro a seguir apresenta os quantitativos de processos que transitaram na Secretaria de Controle Interno (Ciset-MD) e receberam tratamento no decorrer do exercício de 2012:

PROCESSOS DE CONTROLE INTERNO	TOTAL
AUTUADOS	135
APRECIADOS	180
TOTAL	315

2.2.3. Documentos produzidos

- No desempenho de suas funções institucionais, a Ciset/MD, no decorrer do exercício de 2012, produziu/expediu, entre outros documentos, os seguintes:

TIPO DE DOCUMENTO	TOTAL	TIPO DE DOCUMENTO	TOTAL
AVISO (MINUTA)	4	OFÍCIO	571
DESPACHO	102	PORTARIA	16
NOTA	28	PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL (MINUTA)	25
INFORMAÇÃO	163	RELATÓRIO	106
MEMORANDO	422	SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA	23

2.3. Outras Atividades

- A Ciset/MD, além da atuação direta por meio de suas unidades orgânicas, desempenha a atribuição regimental de exercer a supervisão técnica, a coordenação de ações integradas e a orientação normativa das unidades setoriais de controle interno dos Comandos das Forças Armadas, por meio da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD).

2.3.1. Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa (CCI/MD)

- A CCI/MD é um órgão colegiado de integração e normalização das ações de controle, formada pelos titulares das unidades setoriais de controle dos Comandos das Forças e presidida pela Secretária de Controle Interno do Ministério da Defesa. No exercício de 2012, a CCI/MD reuniu-se, ordinariamente, por 5 (cinco) vezes, para tratar de assuntos relacionados a ações de controle de interesse comum. E, extraordinariamente, em uma sessão. Nessas reuniões foram abordados, entre outros, os seguintes temas:

REUNIÃO	DATA	TEMAS ABORDADOS
Ordinária	29/3/2012	<p>1) Realização do II Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa, em consonância com a proposta aprovada no item V da Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2011.</p> <p>2) Disponibilização de informação, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18.11.2011), no tocante às ações inerentes ao sistema de controle interno.</p> <p>3) Inclusão de representantes das unidades de controle interno dos Comandos das Forças, na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), criada no âmbito do Ministério da Justiça (Departamento Nacional de Recuperação</p>

		<p>de Ativos), como forma de conhecer ferramentas e contribuir para o processo de formulação do mecanismo de combate à corrupção.</p> <p>4) Decidir sobre eventuais ritos voltados à condução de novos convênios e instrumentos congêneres, firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, buscando a assinatura da autoridade ministerial, por força do disposto no art. 6º-A do Decreto nº 6.170/2007, com redação dada pelo art. 2º do Decreto nº 7.568, de 16.09.2011.</p> <p>5) Reposição de pessoal da carreira de finanças e controle, por meio de concurso público (Aviso/MD nº 282/2011)</p> <p>6) Temas Gerais</p>
	27/4/2012	<p>1) Programação do II Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa.</p> <p>2) Recomposição de pessoal da carreira de finanças e controle</p> <p>3) Republicação das atas de registro de preços</p> <p>4) Decidir sobre a indicação de representantes dos sistema de controle interno na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)</p> <p>5) Ajustamento Organizacional dos Órgãos de Controle Interno das Forças Armadas</p>
	5/7/2012	<p>1) Reflexos da proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC nº 45/2009 sobre as atividades das unidades de controle interno do MD.</p> <p>2) Auditoria do Tribunal de Contas da União sobre os recursos alocados para o atendimento das necessidades da Conferência RIO + 20.</p> <p>3) Atualização de informações no tocante ao andamento do planejamento do II Simpósio do MD.</p> <p>4) Repercussões quanto à sistemática de adesão a Atas de Registro de Preços, após a publicação do Acórdão nº 1233/2012 – Plenário/TCU.</p> <p>5) Formação de Auditores Internos – Nível Básico e Nível Avançado no Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAI Brasil) – Realização do curso em conjunto, no 2º semestre.</p> <p>6) Informe sobre a edição do Decreto relativo à mudança da denominação das unidades de controle interno dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica.</p>
	12/9/2012	<p>1) Atualização das informações no tocante ao planejamento do II Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa.</p> <p>2) Repercussões quanto à sistemática de adesão a Atas de Registro de Preços, após a publicação do Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário.</p> <p>3) Auditorias do TCU na folha de pagamento (acumulação de cargos e percepção acima do teto Constitucional) – Processo nº TCU-004.593/20012-0.</p> <p>4) Formação de Auditores Internos (cursos AUD I e II), a ser realizado em conjunto, em proveito do corpo técnico das unidades de controle interno do MD.</p> <p>5) Coordenação das ações de controle a serem empreendidas em 2013, pelo MD e Comandos das Forças, sobre a aplicação dos recursos destinados a grandes eventos, definidos pelo Decreto nº 7.538/2011.</p>

		<p>6) Auditoria de Acompanhamento do TCU na Conferência Rio + 20.</p> <p>7) Proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC nº 45/2009.</p> <p>8) 5º Jogos Mundiais Militares.</p>
	23/11/2012	<p>1) Atualização do regulamento da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa.</p> <p>2) Impressões sobre o II Simpósio de Controle Interno, bem assim definições básicas destinadas à organização do próximo evento.</p> <p>3) Processos de contas relativas ao exercício de 2012, segundo as normas do Tribunal de Contas da União.</p> <p>4) Recomposição da força de trabalho com pessoal da carreira de Finanças e Controle.</p> <p>5) Repercussões quanto á sistemática de adesão a Atas de Registro de Preços, após a publicação do Acórdão TCU nº 1233/2012 - Plenário.</p> <p>6) Auditorias do TCU na folha de pagamento (acumulação de cargos e percepção acima do teto Constitucional) – Processo nº TCU-004.593/20012-0.</p> <p>7) Possibilidade do TCU ministrar curso, por meio do Instituto Serzedello Corrêa, sobre Controle Interno</p>
Extraordinária	8/10/2012	<p>1) PEC nº 45/2009 - Reflexos da proposta de Emenda à Constituição Federal sobre as atividades das unidades de controle interno do MD.</p> <p>2) Reposição da força de trabalho para a Ciset-MD e para as Unidades de Controle Interno das Forças Armadas.</p> <p>3) Atualização de informações no tocante ao andamento do planejamento do II Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa.</p> <p>4) Mudança de denominação das unidades de controle interno do Comando da Marinha e da Aeronáutica.</p> <p>5) Deliberações contidas no item 9.7.1 do Acórdão/TCU nº 1.793/2011 – Plenário.</p> <p>6) Auditorias do TCU na folha de pagamento (acumulação de cargos e percepção acima do teto Constitucional) – Processo nº TCU-004.593/20012-0.</p> <p>7) Coordenação das ações de controle a serem empreendidas em 2013, pelo MD e Comandos das Forças, sobre a aplicação dos recursos destinados a grandes eventos, definidos pelo Decreto nº 7.538/2011.</p>

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- Ao longo dos anos, a administração da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, contando com a atuação da autoridade Ministerial, vem empreendendo ações no sentido de suprir suas necessidades por instalações físicas adequadas, aliadas a recursos materiais e humanos, de forma a propiciar condições ao órgão setorial no cumprimento da missão que lhe é atribuída. No transcurso do tempo, foram obtidos avanços inegáveis, notadamente quanto às instalações físicas, mobiliário em geral, equipamentos e meios de informática, necessários à realização dos trabalhos, conforme comentado nos parágrafos subsequentes.

3.1. Recursos Materiais

- A exemplo dos anos anteriores, no que diz respeito às instalações físicas e aos recursos materiais, a Ciset/MD tem contado com o pronto-atendimento às suas demandas, por parte dos demais órgãos do Ministério, no tocante ao oferecimento das condições ideais de trabalho, como forma de permitir o adequado desempenho de suas atividades regimentais e constitucionais.

3.2. Recursos Humanos

- Quanto aos recursos humanos, e conforme já exposto em relatórios de anos anteriores, as condições ainda não são adequadas. Aliás, ao longo do tempo, a Ciset/MD ressenete a falta de servidores especializados, da carreira de finanças e controle, cujo suprimento é de competência da Controladoria-Geral da União, na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e supervisor da carreira.

- Apenas para fins de conhecimento, no quadro a seguir, apresentamos a lotação de pessoal aprovada em comparação ao efetivo existente, posição em dezembro 2012:

CARGO / FUNÇÃO		PREVISTO	EXISTENTE	VAGO
SECRETÁRIO	101.5	1	1	-
GERENTE	101.4	3	2	1
ASSESSOR TÉCNICO	102.3	5	5	-
ASSISTENTE	102.2	4	4	-
ASSISTENTE TÉCNICO	102.1	2	2	-
ASSISTENTE TÉCNICO MILITAR	GRUPO 0005 (E)	2	2	-
SUPERVISOR MILITAR	NÍVEL V	4	4	-
SUPERVISOR	GR IV	10	5	5
ESPECIALISTA	NÍVEL II	2	2	-
TOTAL		33	27	6

- Cumpre registrar o fato de que, por se tratar de atividade que requer especialização técnica, a Ciset/MD, conquanto as diligências promovidas, tem encontrado dificuldades para o preenchimento de seu quadro de lotação.

3.2.1. Capacitação de Agentes Públicos

- No decorrer do exercício, e no foco da capacitação de pessoal, assegurou-se a participação de servidores civis e militares da Ciset/MD em 21(vinte e um) eventos relacionados com as atividades de controle interno, perfazendo a carga total 1.209 (hum mil duzentas e nove) horas de treinamento, assim distribuídas:

CURSO	CARGA HORÁRIA (h)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL (h)
Atualização em Língua Portuguesa	20	2	40
Boas Práticas em Contratação Públicas	10	3	30

Contabilidade Pública com a Nova Estrutura do Plano de Contas Obrigatório para União, Estados e Municípios: Teoria e Prática – NBCT 16	24	1	24
Contratação de Soluções e Serviços de TI de acordo com a IN 4/20101 e a jurisprudência do TCU	16	2	32
Controle e Auditoria Interna/2º Semestre	50	8	400
Curso de Formação de Auditores Internos – Nível Básico – AUDI I	32	1	32
Curso de Formação de Auditores Internos – Nível Intermediário – AUDI II	32	2	64
Cursos Estruturas de Gestão Públicas	30	1	30
Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público	16	1	16
Estágio em Assuntos de Defesa	43	1	43
I Fórum Rede de Controle Nacional	4	1	4
II Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa	16	20	320
III Encontro de Arquivos Militares e II Encontro de Bibliotecas Militares	40	1	40
Microsoft Office Excel 2007 Básico	9	1	9
Microsoft Office Powerpoint Básico 2007	9	1	9
Painel Parceria para o Governo Aberto	1h30	2	3
Retenções na Fonte: IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, INSS e ISS	16	3	48
SIAFI Gerencial Básico	16	1	16
SIAFI Operacional e Novo CPR	16	1	16
Sistema de Convênios – SICONV	9	1	9
Workshop sobre Trilhas de Auditorias na Área de Pessoal	24	1	24
CARGA HORÁRIA TOTAL			1.209

4. CONCLUSÃO

- Não resta dúvida de que o exercício das atribuições da Secretaria de Controle Interno sobre as unidades e entidades da administração central do Ministério da Defesa constitui um grande desafio. As constantes modificações implementadas na Administração Pública exigem tempestiva modernização dos meios necessários para o acompanhamento, orientação e avaliação da gestão dos recursos públicos. Nesse

contexto, torna-se imperativa a identificação e a adoção de novos instrumentos de controle, mecanismos e processos trabalho. Além disso, para a obtenção de resultados satisfatórios é imprescindível à qualificação adequada dos agentes envolvidos.

- Em que pese às dificuldades, e conforme se verifica das informações apresentadas ao longo do presente relatório, a Secretaria de Controle Interno, em muito tem atuado, graças à cooperação e ao respeito mútuo firmado entre os servidores do controle interno e os gestores da Pasta Ministerial, no cumprimento das atribuições constitucionais e regimentais, não obstante reconhecendo que o quadro poderia ser consideravelmente melhor se não fossem as restrições decorrentes da insuficiência de pessoal especializado.

- Apesar das limitações, as metas estabelecidas para exercício de 2012, relativamente às atividades da Secretaria de Controle Interno, foram superadas, levando-nos a concluir que a competência regimental do órgão foi exercida, em especial, pela certificação, em tempo hábil, das contas dos gestores, pela avaliação dos atos de pessoal e dos programas de governo, afetos à Pasta Ministerial, bem assim pelo atendimento às consultas promovidas pelos dirigentes das unidades jurisdicionadas ao órgão.

- A esse respeito, reafirma-se que a atuação pró-ativa da Secretaria, com o intuito de evitar a prática de atos contrários ao interesse público, priorizando as ações de controle preventivo e de orientação – sem descuidar-se de medidas corretivas, quando necessárias –, propiciou aos gestores procurarem, no desenvolvimento de suas atividades regimentais, observar os princípios gerais que regem a Administração Pública, ou seja: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Brasília, 28 de março de 2013.

MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno

MARIA ALDECI BÔBÔ LOPES
Secretária de Controle Interno

ALMIR FURTADO DE SOUZA
Gerente de Orientação e Avaliação - Substituto

CLÁUDIA LUIZA REZENDE REGINA
Gerente de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário

DAMÁSIO ALVES LINHARES NETO
Gerente de Auditoria

JOVELLANOS ALVES PEREIRA
ODÁLIA FERNANDES DE CARVALHO
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
PAULO FONTENELE FIGUEIRA
Assessores Técnicos

ANTENOR FRAGA FERNANDES FILHO
ELEUSA BARBOSA DE MAGALHÃES MAIA
PAULO FELIPE SOARES VELOSO
JOSÉ IVAN SANTOS
Assistentes

GLÓRIA MARIA DE PAULA NUNES VARGAS
MARLON GALVÃO MOREIRA
Assistentes Técnicos

MARCO ANTONIO DE SOUZA
FRANCISCO FÁBIO ROSAS DA SILVA
Assistentes Técnicos Militares

ANTONIO BECKER
GLORIBALDA MARINS ROCHA
AGOSTINHO FLORENTINO DA SILVA FERNANDES
MARCOS RODRIGUES DA SILVA
Supervisores Militares

MARIA LUZINETE BATISTA SOUSA FERNANDES
MARCELO MICHELAZZO SILVA
LUCIANO ROCHA SILVA
MARILENE JOSE ROSA AMORAS
FABIO DOS SANTOS SORES
Supervisores

RODRIGO RODRIGUES DE AQUINO
RAFAEL APARECIDO CALDEIRA DA SILVA
Especialistas Militares